

MODIFICANDO A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRECONCEITUOSA CONTRA HOMOSSEXUAIS DE ESTUDANTES DE CURSO TÉCNICO.

Weverton Pereira do Sacramento – IFES (wsacramento@ifes.edu.br)

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória que serviu para auxiliar na construção de uma pesquisa-ação, com o objetivo de modificar a representação social de estudantes de curso técnico sobre a homossexualidade. Discutir a sexualidade e a interferência dela na inserção do egresso no mercado de trabalho é de extrema relevância em um Curso Técnico em Mineração que, ligado às Engenharias, é composto por um ambiente onde prevalece o ideário masculino, a profissão dita “de homem”. Restringe-se a participação das mulheres em setores ligados a elaboração de projetos e pesquisas, reservando aos homens as funções de execução, de produção e de controle passíveis de maior remuneração. Se, por um lado, trata-se de um setor industrial em que vem crescendo a aceitação das mulheres em algumas funções; por outro lado, persiste a discriminação contra os homossexuais para a maioria das funções.

A discriminação está no plano da ação, e o preconceito pode ser compreendido como a concepção ideológica, o conjunto de ideias e valores prévios que as pessoas desenvolvem a partir das múltiplas interações socioculturais às quais são submetidas. No caso da discriminação contra homossexuais nos diversos ambientes e, em especial, na escola, nota-se que ela se dá através de formas mais visíveis (como violências verbais e físicas – *bullying*) e de maneiras mais discretas e sutis, mas não menos cruéis, como a exclusão de grupos de trabalhos e das parcerias para desenvolvimento de atividades escolares, a segregação dos colegas e a indiferença de professores, pedagogos e gestores em geral que ignoram o assunto. Em muitos desses casos, age-se como se os homossexuais não existissem.

Fleury (2011) sentencia que o “preconceito é um fenômeno que se transforma, mas não desaparece”. (2011, p. 57). Esse fato se dá devido à existência de grupos majoritários que, constituindo e impondo a norma, levam os demais que não se identificam com tais grupos a formar grupos minoritários em desvantagem, portanto, na origem. (MOSCOVICI & PÉRES, 1999). O grupo normativo no Brasil é aquele formado por homens, brancos, urbanos, heterossexuais, classe média, sem

deficiência física ou mental que compõem uma espécie de núcleo central a partir do qual toda a sociedade é pré-julgada, e quanto mais a pessoa se afasta desse modelo normativo mais se vê na periferia dos valores sociais, sentindo-se, assim, mais discriminada. (LOURO, 2000).

Por se tratar de direito constitucional a igualdade e a liberdade de expressão, é necessário que os cidadãos em geral e os agentes públicos, em particular os professores, atentem-se para o fato de que,

Independentemente da posição que se queira adotar sobre o assunto, o fato é que, toda pessoa tem o direito de se manifestar sexualmente como bem entender, é parte da sua vida íntima. Nem o Estado nem a sociedade podem exercer nenhum tipo de obstáculo a essa liberdade sexual. Qualquer tipo de discriminação sexual fere o exercício da cidadania. (OLIVEIRA, 2011, p. 229).

A discriminação é, portanto, a consumação do preconceito, por isso a pesquisa e a intervenção focaram no preconceito por ser a seara privilegiada da escola, que, ao se ocupar da formação de indivíduos racionais, reflexivos, capazes de assimilar conhecimentos para formar as próprias concepções, precisa apresentar caminhos que poderão ser seguidos, vencendo-se o dogmatismo.

A pesquisa exploratória serviu para testar previamente os instrumentos de coleta de dados, verificar a pertinência do objeto de estudo para os participantes da pesquisa e, principalmente, o interesse deles em debater o assunto e buscar possíveis soluções. A pesquisa-ação foi a técnica adotada e seguiu o foco da perspectiva de articular teoria e prática. Em educação, é necessário explicitar a relevância da intervenção prática sobre o processo investigativo. A atuação planejada sobre uma determinada realidade traz consigo um objetivo claro de transformá-la. Dito de outra maneira, a intervenção pedagógica pretende modificar as representações sociais sobre sexualidade dos alunos com o claro objetivo de diminuir o preconceito contra homossexuais. Nessa perspectiva, não há neutralidade, pois toda ação educativa tem uma finalidade, uma meta a ser alcançada. E, quando aplicada na educação, segundo Thiollent (2011, p. 84), “a pesquisa-ação é algumas vezes distinguida da pesquisa participante pelo fato de focalizar ações ou transformações específicas que exigem um direcionamento bastante explicitado”.

Nesse sentido, aplicou-se um questionário antes e após a participação das atividades da intervenção pedagógica, parte constituinte da pesquisa-ação. O grupo

foi de 34 estudantes: 17 homens e 17 mulheres com idade entre 18 e 21 anos. O questionário possibilitou além de conhecer o perfil socioeconômico e sexual dos participantes, verificar a representação social que o grupo possui sobre a homossexualidade incluindo as explicações que dão as causas da homossexualidade e o grau de rejeição a proximidade.

A intervenção pedagógica, nessa etapa de pesquisa exploratória, adotou dimensão transdisciplinar a partir das áreas do conhecimento: Biologia, Direito, Genética, Medicina, Psicologia, Sociologia, Antropologia e Pedagogia, que contribuíram ao apresentar e debater com os participantes da intervenção as visões que possuem e a evolução dos conhecimentos produzidos sobre a homossexualidade.

Toda ação educativa é válida, fornecendo resultados que frutificarão. O fato de maior relevância para o conjunto de ações desenvolvidas durante três meses nos encontros semanais com duração aproximada de 1 hora e 40 minutos foi a afirmação inicial de 33 alunos que se autodeclararam heterossexuais e de apenas um aluno que se declarou homossexual ativo. Ao final do curso, foram 27 declarados como heterossexuais, uma homossexual ativa e passiva, um bissexual e um homossexual passivo. Ressalte-se que houve no dia da aplicação do questionário de saída, no final da intervenção pedagógica, dois alunos ausentes e dois haviam evadido da escola há alguns meses. O fato de os alunos se redefinirem chamou atenção por se tratar de adequação da representação de si mesmos. Os conhecimentos fornecidos através da intervenção viabilizaram elementos que lhes possibilitaram reestruturar ou mesmo criar uma identidade sexual.

Verifica-se um predomínio das relações sociais na constituição da identidade sexual dos indivíduos, que, ao se perceberem pertencentes a grupos minoritários e, portanto, discriminados, constroem um conjunto de estratégias e subterfúgios de negação daquilo que os liga às minorias. Segundo Fleury (2011, p. 69), existe o predomínio da necessidade de pertencas grupais “que irão ancorar o pensamento e o comportamento sobre outros grupos” numa relação de poder que domina e desqualifica os grupos minoritários gerando a repulsa a esses.

Blumenfeld (2012), enumerando 26 características comuns à homofobia internalizada, afirma ser um deles a “negação de que a homofobia, o

heterossexismo, a bifobia, a transfobia, o sexismo são de fato problemas sociais sérios”. Esses aspectos são visíveis na atitude dos alunos que negavam a identidade sexual. Não se tem informação se assumiram de maneira pública, mas o que importa é que assumiram para si mesmos, pois, ao responder o segundo questionário, após a Intervenção Pedagógica, conseguiram se redefinir, construir uma identidade sexual consciente, modificar as representações sociais que possuíam de si mesmos e de homossexualidade.

Ao se perceberem portadores de direitos sexuais e principalmente se certificarem de que os outros participantes agora têm o conhecimento sobre a natureza da homossexualidade (e que isso nada tem a ver com pecado, doença, falta de vergonha ou caráter etc., tratando-se tão somente da manifestação natural da sexualidade humana como qualquer outra possível), sentiram-se encorajados a assumir.

Segundo Moscovici (2011), a familiaridade é um processo construtivo que depende da ancoragem (que é a classificação de alguma coisa, a nomeação dela) e da objetivação, que é o uso dos conhecimentos anteriores para tornar conhecido algo novo. A objetivação é, portanto, mais do que um processo individual; é também coletiva e histórica. Dessa maneira, a representação não é apenas uma forma de compreender um objeto em particular, mas também de dar identidade a um sujeito. É uma forma de conhecimento prático conectando um sujeito a um objeto. (JODELET, 1989, p. 43).

Incluindo os três alunos que ressignificarem a própria identidade sexual, 13 ou 43,3% do grupo que finalizou a participação na intervenção pedagógica declararam ter havido algum tipo de mudança desde a compreensão acerca das explicações sobre homossexualidade até a percepção das dificuldades e do sofrimento vivenciado cotidianamente por quem sofre preconceito, tendo isso resultado na sinalização para mudanças de atitudes diante do indivíduo homossexual.

A pesquisa permitiu-nos atentar para o fato de que algumas precauções são necessárias no sentido de evitar que a intervenção pedagógica tome forma de psicanálise individual ou coletiva, de julgamento de condutas pessoais, de apologia

à homossexualidade e de feminismo exacerbado, que se contrapõem à desejável fraternidade e à igualdade entre os gêneros.

Em síntese, a Pesquisa Exploratória apontou a viabilidade de se sistematizarem ações cuidadosamente planejadas com o objetivo de modificar as representações sociais dos envolvidos na intervenção pedagógica.

Palavras-chave: Homossexualidade e Educação. Teoria das Representações Sociais. Intervenção Pedagógica.

Referências

BLUMENFELD, Warren J. Homofobia internalizada: manifestações. Disponível em: <http://homofobia.com.sapo.pt/internalizada.html>. Acesso em: 24/10/2012.

FLEURY, Alessandra Ramos Demito. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas.**/ Alessandra Ramos Demito Fleury, Ana Raquel Rosas Torres. 1ª Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2011.

JODELET, Denise. **Folie et représentations sociales.** Paris: PUF, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade. Coleção Currículo, políticas e práticas.** Porto Editora: Portugal, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MOSCOVICI, S; PÉRES, J. A extraordinária resistência das minorias à pressão das majorias: O caso dos ciganos. Em J. Vala (Org.), **Novos racismos: Perspectivas comparativas.** Oeiras: Celta, 1999. p. 103-119.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Homossexualidade: uma visão mitológica, religiosa, filosófica e jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.